

Propostas prioritárias da sociedade civil na área educacional para o ano de 2017



Luiz Araújo
Professor da UnB
Diretor da Fineduca



fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – FINEDUCA

Não desistiremos!



- ✧ Não podemos falar de 2017 sem tratar das mudanças ocorridas em 2016
- ✧ Iniciamos 2016 com a expectativa de cumprimento do Plano Nacional de educação e terminamos o ano com a aprovação da PEC 55 que, na prática, poderá revogar o plano aprovado pelo parlamento.
- ✧ E registramos que isso não diminuirá a vontade de lutar por uma educação pública de qualidade e para todos.

1- Cumprir a EC 59



- ❧ Ainda temos crianças fora da escola de quatro e cinco anos
- ❧ Relatório de monitoramento divulgado pelo INEP aponta que em 2014 ainda tínhamos 89,6% de crianças matriculadas, ou seja, ainda faltavam 10,4% para serem incluídos.
- ❧ A crise econômica impediu que municípios pudessem cumprir este dispositivo constitucional reafirmado na Meta 1 do PNE.
- ❧ É preciso criar condições de apoio aos municípios para que isso aconteça em 2017.

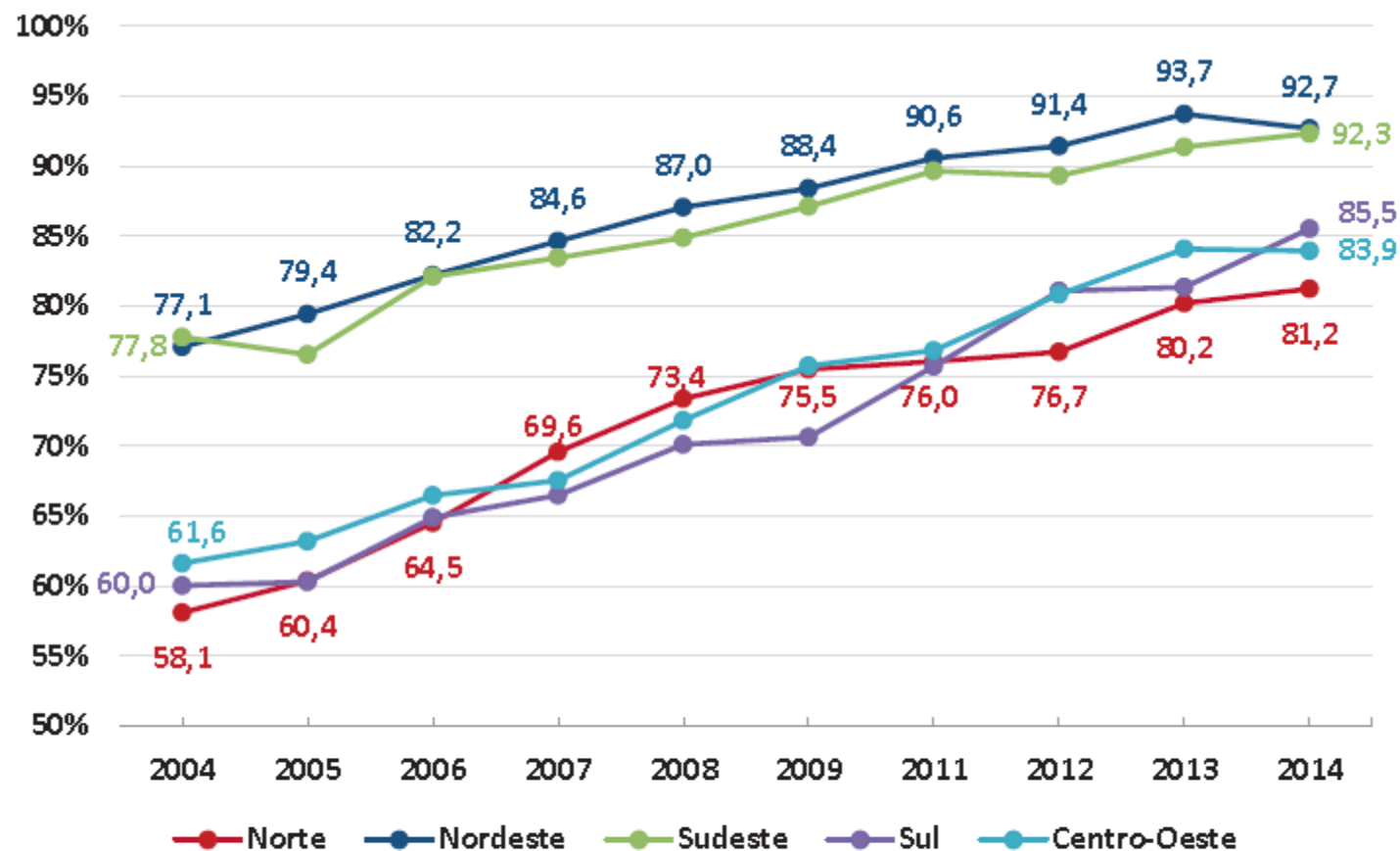


GRÁFICO 2 Percentual da população de 4 e 5 anos de idade que frequentava a escola ou creche, por grande região – Brasil – 2004-2014

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE.

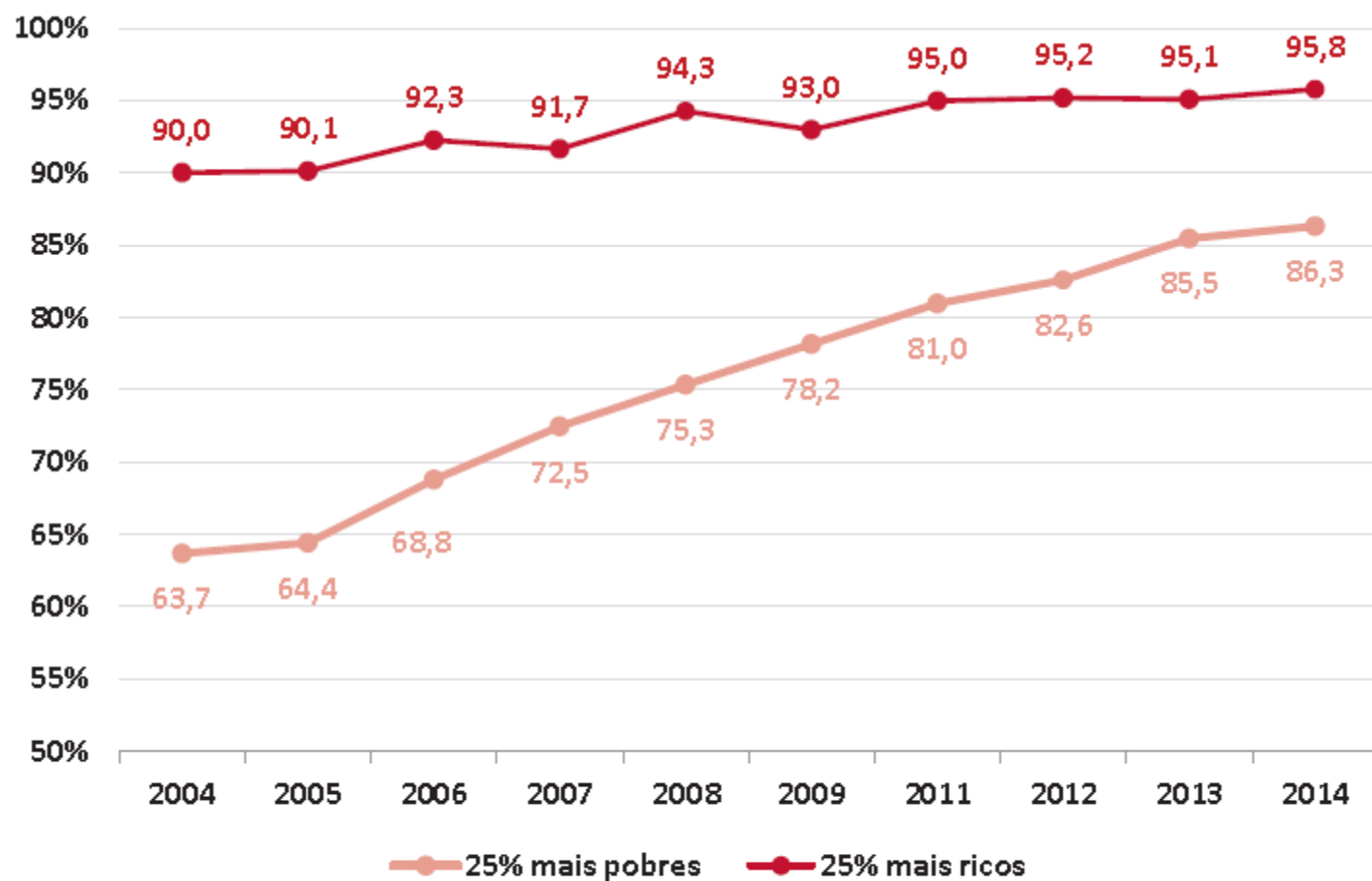


GRÁFICO 6 Percentual da população de 4 e 5 anos de idade que frequentava a escola ou creche, por renda – Brasil – 2004-2014

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE.

2 - Regulamentar o CAQi



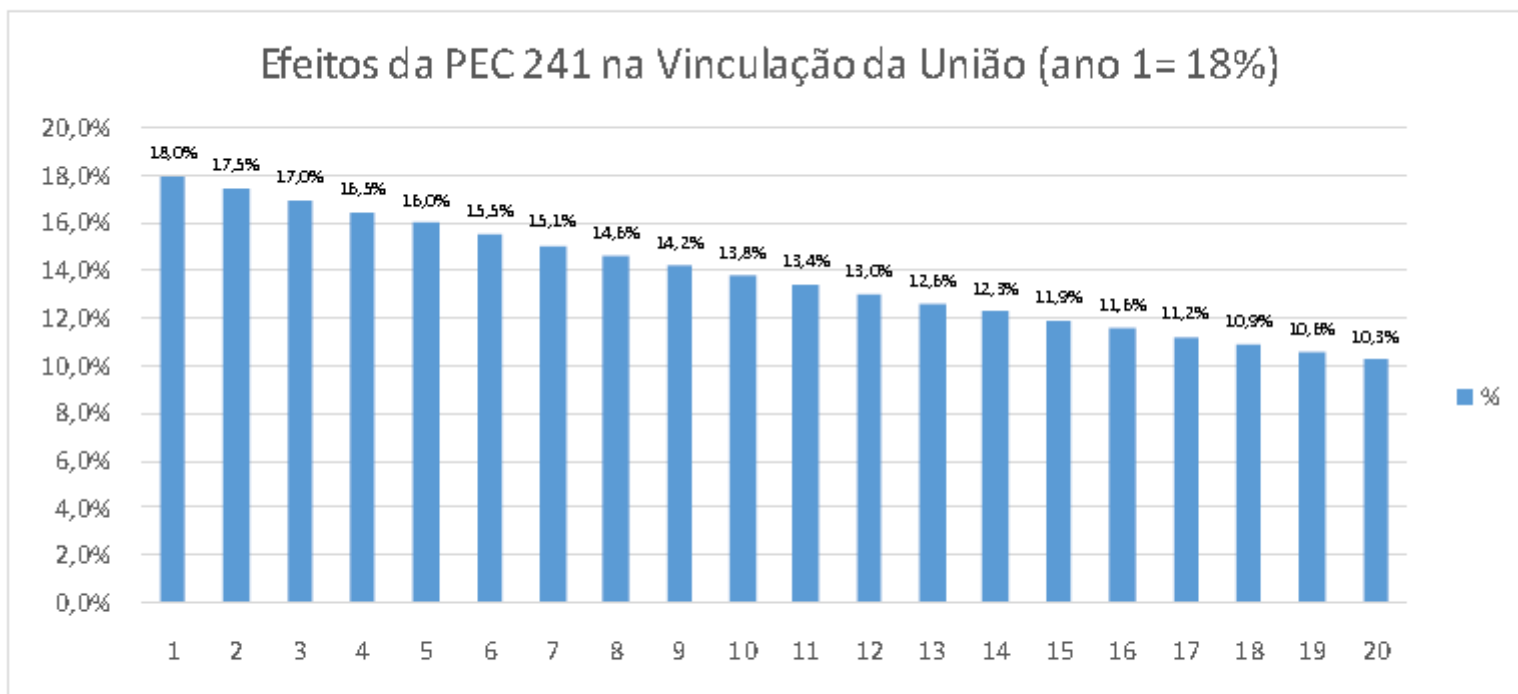
- ❧ O CAQi deveria ter sido regulamentado em junho de 2016. Não foi. O governo Dilma não regulamentou e o governo Temer faz de conta que não tem obrigação legal de fazê-lo.
- ❧ O PNE manda que o CAQi tenha um financiamento calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem.
- ❧ O CAQi possui alto impacto positivo para milhões de brasileiros que estudam em escolas sem as mínimas condições de existir ou que convivem com professores sem a qualificação exigida pela lei.
- ❧ Será necessário passar de 0,2% do PIB para 1,1% do PIB a participação da união no financiamento da política de fundos atual para viabilizá-lo.

3 - Reverter a desvinculação de recursos



- ⌘ Apesar de aprovada recentemente, a Emenda que congela os gastos públicos da área social contraria dispositivo constitucional previsto no artigo 212.
- ⌘ Várias medidas estaduais tendem a imitar o texto federal, colocando em risco a estabilidade da prestação de serviço educacional.
- ⌘ A maioria do Congresso está sob suspeita e perdeu legitimidade para mudança tão drástica.
- ⌘ As perdas serão enormes.

Gráfico 4- Efeitos da PEC 241 na vinculação da União



Elaboração: José Marcelino de Rezende Pinto (USP)

Obs: Considerando-se um crescimento real da receita de 3% ao ano.

4 - Novas fontes



- ❧ Será necessário discutir a dotação d novas fontes de recursos para viabilizar o cumprimento das metas do PNE.
- ❧ Alertamos durante a tramitação do PNE nesta Casa que sem novas fontes não é possível cumprir a sua integralidade.
- ❧ Destacamos a regulamentação do Imposto sobre grandes fortunas como primeira medida nesse caminho.

5- Natal sem Temer



- ❧ Não é possível que um programa educacional (e geral) não debatido pela sociedade e não eleito possa ser implementado.
- ❧ E executado por um presidente que perdeu qualquer condição de governar.
- ❧ O povo está sendo usurpado no seu direito de decidir.
- ❧ O que queremos em 2017? Votar pra presidente e poder escolher que caminho seguir no país e para a sua educação.